

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFCH
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas
Avaliação de Ingresso (Turma IFPE)

Candidato(a) _____

Questões (Todas as questões se referem a bibliografia que consta no Edital)

1. Uma empresa de pesquisa deseja estudar o nível de satisfação dos clientes de um shopping center. O shopping tem um total de 1.000 clientes cadastrados em seu programa de fidelidade. A equipe de pesquisa decide entrevistar 100 clientes para obter insights sobre a satisfação geral. Podemos afirmar que:
 - a. () a amostra é formada por 1.000 clientes
 - b. () a população é formada por 1.000 clientes
 - c. () a amostra é formada por 900 clientes
 - d. () a população é formada por 1.100 clientes
 - e. () a amostra é formada por 100 clientes

2. A aprovação do trabalho do presidente Lula (PT) cresceu entre o público evangélico, conforme a pesquisa Genial/Quaest, divulgada nesta quarta (16). Segundo levantamento, 50% dos evangélicos aprovam o trabalho de Lula, e 46% desaprovam. Define-se como inferência:
 - a. () a utilização de apenas dados quantitativos para conhecer a realidade
 - b. () o emprego de técnicas quantitativas e qualitativas em um mesmo desenho de pesquisa
 - c. () a utilização de informações disponíveis para a amostra para concluir sobre características indisponíveis da população
 - d. () a correspondência entre as estimativas da amostra e os parâmetros populacionais
 - e. () o nível de precisão das estimativas amostrais

3. Você foi contratado para realizar uma pesquisa de opinião para avaliar a aprovação do governo estadual. Indique qual é o procedimento técnico mais adequado:
 - a. () Uma amostra aleatório simples, do tipo não-probabilística
 - b. () Uma amostra aleatória estratificada, do tipo probabilística
 - c. () uma amostra intencional, do tipo probabilística
 - d. () uma amostra por conveniência, do tipo probabilística
 - e. () uma amostra auto-selecionada, do tipo não-probabilística

4. Em análise de dados, entende-se o conceito de viés como:
 - a. () o grau de incerteza da amostra em relação à população
 - b. () a probabilidade de o intervalo de confiança conter o parâmetro populacional
 - c. () a diferença entre a estimativa da amostra e o parâmetro populacional
 - d. () tendência sistemática de sobreestimar ou subestimar o valor do parâmetro populacional
 - e. () Nenhuma das respostas anteriores é correta

5. Você foi contratado para auditar os dados de prestação de contas fornecidos pelos candidatos a prefeito ao Tribunal Superior Eleitoral. Durante a análise dos dados, foi identificado várias notas fiscais com valores suspeitos. Em termos técnicos, esse problema é conhecido como:
 - a. () erro aleatório
 - b. () erro sistemático

- c. erros de amostragem
- d. erros de mensuração
- e. erros de estratificação

6. Sobre a disjunção Positivismo versus Pós-positivismo assinale a sentença verdadeira:

- a. A perspectiva pós-positivista é usada principalmente nos países em desenvolvimento; o caso recente da avaliação do nation-building, patrocinada pelo Banco Mundial na Tanzânia e no Sudão do Sul, exemplifica seu emprego.
- b. As políticas públicas podem e devem ser objetivas e neutras, sem envolvimento político partidário, de modo que os resultados possam ser previstos de maneira determinística, sendo o planejamento e o controle da implementação o fator que assegura o sucesso dos investimentos governamentais.
- c. Apesar de reconhecer que os processos de políticas públicas não são lineares nem previsíveis, a perspectiva pós-positivista estabelece a simplicidade e a previsibilidade analítica das interações entre atores políticos, mediante a triangulação da influência de eventos imprevistos nas políticas públicas. Por isso, simplificando a análise, o construtivismo social substitui o positivismo.
- d. Entendendo a importância das ideias, normas e valores na formulação e implementação de políticas públicas, fica dispensável às donor agencies envidar o exame da influência de crenças políticas, culturais e morais sobre escolhas políticas e preferências dos atores envolvidos; tal dispensabilidade é assegurada pelo uso de técnicas adequadas, como a etnografia, na análise da agenda.
- e. A análise de políticas públicas pode ser realizada tanto a partir de uma orientação positivista, que busca identificar suas causas e efeitos, quanto a partir de uma perspectiva pós-positivista, que busca compreender os diferentes valores e interesses envolvidos na sua formulação e implementação.

7. Em torno do debate entre Empirismo e Pós-positivismo qual assertiva é a verdadeira:

- a. A integração entre a abordagem empirista e a pós-positivista, no campo das políticas públicas, foi originalmente proposta em 1975, no livro "Contra o Método", de Paul Feyerabend; trata-se mais de um manifesto contra o excesso de rigor metodológico advindo de cada uma das abordagens, do que exatamente uma abordagem nova e original; tal integração, inviável de um ponto de vista prático, não logra possibilitar uma análise mais completa e crítica das políticas públicas, apesar de fazer questionamentos importantes no que diz respeito tanto à observação empírica quanto a reflexão crítica sobre os valores e interesses envolvidos na formulação e implementação das políticas.
- b. A integração e articulação entre as abordagens empirista e pós-positivista na análise de políticas públicas podem ser benéficas para uma compreensão mais completa e crítica das políticas públicas. Isso permite uma análise que leva em conta tanto a observação empírica quanto a reflexão crítica sobre os valores e interesses envolvidos na formulação e implementação das políticas, viabilizando a avaliação mais completa e crítica de diversas políticas públicas.
- c. Tributária do construtivismo piagetiano, a abordagem empirista enfatiza a importância da argumentação e da deliberação na formulação e implementação de políticas públicas, focando a negociação e a intersubjetividade como base para a produção de conhecimento.
- d. A abordagem pós-positivista preconiza a observação e a experimentação como base para a produção de conhecimento, sendo um desdobramento do positivismo clássico de Comte e Littré, acrescido da análise estatística de dados sociais e políticos, característica de alguns programas de pós-graduação do país, como é o caso do Departamento de Ciência Política da UFPE. O pós-positivismo é, como atitude epistêmica, o principal responsável pelo emprego de métodos quantitativos na avaliação de políticas públicas, no Brasil.
- e. A observação empírica é suficiente para a compreensão completa e crítica das políticas públicas no nível governamental, sendo a reflexão crítica sobre os valores e interesses envolvidos na formulação e implementação um refinamento da análise importante apenas no âmbito acadêmico, que é precisamente o domínio em que a produção e crítica do conhecimento é demandada.

8. No que tange a relação entre Positivismo e a Economia de Bem-estar podemos afirmar que:

- a. A economia do bem-estar é uma abordagem que enfatiza a importância da subjetividade na avaliação das políticas públicas, e é amplamente adotada no campo de políticas públicas no Brasil contemporâneo, devido à sua capacidade de fornecer uma análise imparcial e precisa das políticas.

- b. A abordagem positivista enfatiza a importância da complexidade das políticas públicas e a diversidade de interesses envolvidos na sua formulação e implementação, visando sempre a realização da justiça social; daí que, metodologicamente, os positivistas usam frequentemente a hermenêutica, a etnografia, e a econometria.
- c. Os princípios da economia do bem-estar são importantes para autores positivistas do campo de políticas públicas, pois fornecem uma base teórica para a análise destinada a identificar as causas e efeitos das políticas, bem como avaliar sua eficácia e eficiência. No entanto, essa perspectiva pode ser criticada por não considerar a complexidade das políticas públicas e a diversidade de interesses envolvidos na sua formulação e implementação.
- d. A economia do bem-estar é uma abordagem que enfatiza a subjetividade dos diversos atores na avaliação das políticas públicas, sendo também chamada, na literatura mais recente, de microeconomia comportamental. É reconhecida, portanto, por seu esforço de fornecer critérios objetivos e universais para avaliar a eficiência e a maximização do bem-estar social.
- e. A abordagem positivista, orientada para a obtenção dos interesses benéficos para a vida social, é abordagem que enfatiza a reflexão crítica sobre os interesses coletivos da formulação e implementação das políticas públicas; busca, assim uma análise holística e crítica das políticas públicas do Brasil, sempre denunciando e chamando a atenção da opinião pública para os problemas dos governos.

9. Sobre Harold Laswell e os primórdios da análise política assinale a sentença verdadeira:

- a. Em que pese sua importância seminal, Laswell negligencia a importância dos fatores culturais e simbólicos na formulação e implementação de políticas públicas, cabendo a autores como Clifford Geertz e Michel Foucault destacarem a importância desses fatores na análise das políticas públicas: o primeiro deles, subsidiando a construção de capacidades estatais nas antigas colônias britânicas; o segundo, no seu declarado apoio pela independência da Argélia.
- b. A importância de Laswell e do conceito de Policy Sciences para o debate contemporâneo sobre políticas públicas pode ser vista em alguns aspectos, como a consolidação do campo das políticas públicas como uma área de estudo interdisciplinar e aplicada, o desenvolvimento de metodologias e técnicas de análise de políticas públicas, a ênfase na importância da participação e do diálogo entre os atores envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas e o reconhecimento da complexidade e da incerteza inerentes ao processo de formulação e implementação de políticas públicas.
- c. Pela sua filiação marxista, toda a análise de Laswell é caracterizada pelo pressuposto analítico da inevitabilidade da luta de classes, seja na política partidária, seja na estrutura dos governos. Contudo, apesar do inegável apelo marxista de "Politics: Who Gets What, When, How", suas ideias não se limitam a essa corrente teórica.
- d. Laswell enfatiza a importância da tecnocracia na tomada de decisões políticas, opondo-se claramente à participação popular, e às incipientes iniciativas de democracia deliberativa, nos EUA do pós-crise de 1929. Seu tratamento dessas opções de participação criou as condições para que autores contemporâneos, como Carole Pateman e Iris M. Young afirmassem que a participação popular é fundamental para a legitimidade das políticas públicas.
- e. Harold Laswell foi um teórico das políticas públicas que defendia a tomada de decisões políticas baseadas em critérios objetivos e universais, sem considerar a subjetividade e a diversidade de interesses envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas. Daí que o conceito de Policy Sciences é ultrapassado, não sendo mais utilizado na análise de políticas públicas.

10. Sobre Bens Públicos, Bens Privados e políticas públicas qual consideração é verdadeira:

- a. Contraintuitivamente, os bens privados são sempre mais benéficos para a sociedade, ao fim do processo, do que bens públicos. A exclusividade no controle dos bens promove a concorrência, e a eficiência econômica; esse fato assegura a atualidade da avaliação prévia dos bens conforme seu uso, respeitando a complexidade das políticas públicas e a diversidade de interesses envolvidos na sua formulação e implementação.
- b. Os chamados "bens de clube", que têm atributos simultaneamente públicos e privados, são aqueles dos quais qualquer pessoa pode usufruir, pois têm acesso eventualmente gratuito, sendo financiado por contribuições voluntárias [e proporcionais] dos "sócios" [patrocinadores]; um bom exemplo desse tipo de bem são as rodovias custeadas mediante pedágio - por exemplo, a Rota dos Coqueiros, entre Barra de Jangada e Porto de Galinhas, em Pernambuco - mas que garantem acesso livre para alguns veículos, como ambulâncias e viaturas policiais. A classificação dos bens como "de clube" demanda objetividade nos critérios de avaliação das políticas constituídas a partir da provisão desses bens, dado que não se pode olvidar da viabilidade econômica de seu provisionamento.
- c. O atributo de exaustividade indica que os bens são esgotados rapidamente, e não podem ser compartilhados entre as pessoas. Por enfatizar a exaustividade, a classificação dos bens públicos - enquanto técnica - está apoiada no caráter representacional dos bens e serviços usados coletivamente, implicando o uso inevitável de métodos qualitativos na avaliação [é frequente, por exemplo, o uso de grupos focais, estudos clínicos e a comparação

controlada]. Por isso mesmo, estudos baseados na classificação dos bens conforme o uso costumam ser criticados por não fornecer critérios objetivos e universais para avaliar a eficácia e a maximização do bem-estar social.

- d. A classificação dos bens públicos conforme os critérios de exaustividade e exclusividade é importante para a análise de políticas públicas, pois permite identificar as falhas de mercado que podem ocorrer em cada tipo de bem e, assim, orientar a formulação de políticas públicas mais eficazes. Essa classificação, que vai dos bens públicos puros aos bens privados puros, é fundamental para a análise de políticas públicas, pois permite uma melhor compreensão das características dos bens e serviços que são objeto de políticas públicas.
- e. Bens privados são sempre exclusivos e exaustivos, enquanto bens públicos são sempre não exclusivos e não exaustivos. Isto posto, e dada a oposição entre propriedade e direito de uso aos bens, tem-se que a classificação dos bens é uma técnica ultrapassada, e cada vez menos utilizada na análise de políticas públicas, dado que as falhas de mercado têm sido cada vez menos frequentes, sem maiores impactos sobre a efetividade das políticas públicas.

11. Sobre as teorias construídas a partir da perspectiva de grupo e de classe, como o pluralismo e o marxismo, é correto afirmar que:

- a. atribuem influência aos grupos organizados de atores afetados pelas estruturas sociais, econômicas e políticas.
- b. consideram que as estruturas e as ideias são os fatores primários e que os atores são fatores secundários ou periféricos.
- c. compreendem a articulação social como fator irrelevante à demanda por políticas macroeconômicas.
- d. expandem a luta de classe por categorias organizadas em ramificações específicas.
- e. tratam os indivíduos e as instituições como variáveis explicativas fundamentais ao processo de ascensão social.

12. Os esquemas ou modelos analíticos elaborados mais recentemente para o estudo da política pública, tais como o estatismo e as diversas variantes de neoinstitucionalismo, tentam levar em conta tanto as variáveis orientadas a atores como as estruturais. Embora seus pressupostos difiram um pouco, essas abordagens tratam o Estado e as instituições sociais como:

- a. fatores explicativos da política pública como produto de interação entre a capacidade do Estado, o fluxo do mercado e a ação social.
- b. entidades importantes que afetam as preferências e as atividades dos atores políticos.
- c. instituições permanentes de ostensivo poder de luta por interesses privados e restritivos.
- d. resultados de lutas de classe entre detentores dos meios de produção e grupos de pressão.
- e. modelos de organizações político-administrativas voltadas à produção de *policy-making*.

13. Diferentes autores descrevem os processos político-administrativos, tentando oferecer substância ou conteúdo ao entendimento das políticas públicas. Indique qual das proposições abaixo **não** faz parte desse leque de autores.

- a. a manifestação do autointeresse dos atores políticos envolvidos no contexto da escolha política é moderada pela natureza dos conflitos e concessões que eles fazem a cada etapa da formação da política (Sabatier, 1988).
- b. em muitas das primeiras teorias de *policy-making*, presume-se que o conteúdo real dos produtos político-administrativos é determinado pela manifestação do autointeresse dos atores políticos envolvidos no contexto da escolha política (Flathman, 1996).
- c. os paradigmas políticos representam um conjunto de pressupostos cognitivos básicos que elevam a ação pela ampliação da gama de alternativas que as elites consideram úteis e valiosas (Campbell, 1998).
- d. muitas das ideias que os atores políticos articulam foram modeladas pelas escolhas políticas anteriores (Schmidt, 2008).
- e. as estruturas simbólicas e os sentimentos públicos tendem a afetar a percepção de legitimidade ou de justiça de certos cursos da ação (Campbell, 1998).

14. Desenvolvido originalmente com o intuito de descrever conjuntos estáveis de ideias que estão presentes nas Ciências Sociais, o termo **paradigma** foi aplicado mais tarde com outros sentidos mais abrangentes, exceto:

- a. engajamento de indivíduos, grupos e classes no processo político perseguindo interesses e resultados próprios (Lundquist, 1987).
- b. o jeito como o mundo funciona (Kuhn, 1962).
- c. o conceito se relaciona estreitamente com noções filosóficas tradicionais de ideologia, enquanto arcabouço crucial de ideias que influenciam a ação (Goffman, 1974).
- d. compatível com os elementos básicos de uma abordagem neoinstitucional aos estudos políticos (Hall, 1990).
- e. captou a ideia de crenças, valores e atitudes que dão sustentação aos entendimentos dos problemas públicos (Hall, 1990).

15. Duas metainstituições (capitalismo e democracia) formam as estruturas nas quais se desenvolvem os processos da política na maioria das sociedades modernas. Sobre o capitalismo, os autores Howlett, Ramesh e Perl (2013) afirmam que:

- a. a produção é realizada para o consumo direto do produtor, de forma que esse possa usar o dinheiro obtido para a compra de outros bens para consumo próprio.
- b. refere-se tanto a uma economia política ou sistema de produção e troca orientado pelo mercado quanto a uma sociedade em que o controle sobre a propriedade requerida para a produção esteja concentrado nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a maior parte restante vende o seu tempo de trabalho em um sistema de salário.
- c. este se difere das sociedades pré-capitalistas em que os produtores não usufruíam de muito do que produziam, comercializando sua produção para tributação direta do Estado.
- d. surgiu inicialmente com o sucesso das sociedades agrícolas, que operavam sob o sistema de escambo e trabalho assalariado.
- e. a marca distintiva do capitalismo é que os insumos de produção (matéria-prima, maquinários, terras) em grande parte, estão em controle do Estado, com certas restrições para garantir a reprodução efetiva da riqueza.

16. Com relação a teoria da Public Choice (Escolha Pública), podemos afirmar que:

- a. A abordagem Public Choice é a única abordagem que considera a racionalidade dos indivíduos na formulação de políticas públicas; outras abordagens, como a abordagem institucionalista, também consideram a racionalidade dos atores envolvidos na formulação de políticas públicas, mas de uma maneira mais ampla, levando em consideração as estruturas e as normas institucionais.
- b. A abordagem Public Choice é uma das diversas abordagens teóricas que podem ser utilizadas na formulação de políticas públicas; ela tem como unidade de análise o indivíduo (micronível) e sua base está na teoria da escolha racional. Isso significa que a abordagem considera que os indivíduos agem de forma racional, buscando maximizar seus interesses pessoais. É criticada por alguns autores por não levar em consideração as desigualdades sociais na formulação de políticas públicas, mas também é defendida por outros autores por sua ênfase na eficiência e na redução do tamanho do Estado.
- c. A abordagem Public Choice é amplamente utilizada na formulação de políticas públicas no Brasil contemporâneo; ao lado de outras tradições teóricas que podem ser utilizadas no desenho de políticas públicas, a public choice é um dos poucos consensos entre neoliberais e desenvolvimentistas.
- d. A abordagem Public Choice é defendida de maneira quase universal no âmbito acadêmico, dada sua ênfase na eficiência dos processos e na redução do tamanho do Estado. Por outro lado, é criticada em segmentos de trabalhadores e movimentos sociais, que argumentam que a eficiência não deve ser o único critério para a formulação de políticas públicas, e que a redução do tamanho do Estado pode levar a uma diminuição da capacidade do Estado de promover o bem-estar social.
- e. A abordagem Public Choice é reconhecida pela sua ênfase na redução de desigualdades sociais, enquanto subsídio para formulação de políticas públicas; por outro lado, é igualmente criticada em função da ênfase na eficiência e na redução do tamanho do Estado.

17. No que toca a abordagem Análise Classe é correto considerar que:

- a. A abordagem Análise de Classe é criticada por não levar em consideração a eficiência na formulação de políticas públicas, o que é impreciso, posto que a ênfase no determinismo histórico na definição das agendas governamentais assegura a eficiência na formulação e implementação de políticas, precisamente pelo fato de que os usuários das políticas é que as controlarão, via ruptura revolucionária. Na verdade, eficiência gerencial é contemplada, nessa abordagem, como uma questão central para o equacionamento das desigualdades sociais, via mudança estrutural nas relações de poder.
- b. A abordagem Análise de Classe é uma das diversas abordagens teóricas que podem ser utilizadas na formulação de políticas públicas. Tendo como unidade de análise a coletividade, e base na teoria Marxista, a abordagem busca compreender como as classes sociais se relacionam, e como essas relações influenciam a formulação de políticas públicas. Ela é criticada por alguns autores por sua ênfase na luta de classes e por sua visão determinista da história, mas também é defendida por outros autores por sua capacidade de revelar as desigualdades sociais e as relações de poder subjacentes à formulação de políticas públicas.
- c. A abordagem Análise de Classe nega a participação popular na formulação de políticas públicas, exatamente pelo risco de cooptação das lideranças da sociedade civil. Embora essa abordagem se concentre nas relações de poder entre as classes sociais, ela entende que a participação popular na formulação de políticas públicas pode

representar um risco ao controle do partido operário, de modo que a mobilização popular espontânea atrapalhará a inclusão na agenda das demandas das classes subalternas, como no caso argentino (1985-1987), e na criação dos Conselhos de Controle Social, no Brasil, após a CF-1988.

- d. A abordagem Análise de Classe não leva em consideração a influência de grupos de interesse na formulação de políticas públicas, dada a influência da abordagem neoclássica nos seus fundamentos. De fato, essa abordagem reconhece a importância dos grupos de interesse na formulação de políticas públicas, mas nega esses grupos sejam advogados de classes sociais específicas, daí a importância de grupos politicamente organizados, como associações profissionais e partidos políticos.
- e. A abordagem Análise de Classe considera que os indivíduos agem de forma racional na formulação de políticas públicas; focando nas relações racionais de poder entre as classes sociais, e entendendo que as políticas são influenciadas apenas incidentalmente pelas lutas de classes, a análise de classe tem sua base epistêmica no construtivismo social, e na psicologia das massas.

18. Segundo a abordagem pluralista é correto assinalar que:

- a. O Pluralismo é a abordagem predominante entre os norte-americanos e tem como unidade de análise a coletividade; reconhece a existência de múltiplos grupos de interesse na sociedade e argumenta que a competição entre esses grupos pode levar a decisões coletivas mais eficientes. A abordagem é criticada por alguns autores por sua ênfase na eficiência e na competição, mas também é defendida, outros, por causa de sua capacidade de promover a participação social e a representatividade.
- b. A abordagem do Pluralismo defende que o Estado deve ter um papel ativo na regulação da economia, e tem sido, desde os anos 1990, a principal influência na formulação dos planos de governo que foram apresentados à sociedade brasileira, durante as eleições presidenciais entre 1994 e 2002. A abordagem argumenta que o Estado deve ter um papel fundamental na regulação da economia, não sendo a competição de mercado uma alternativa viável para promoção do bem-estar social.
- c. A abordagem do Pluralismo é a abordagem predominante na Escola Italiana de Finanças, e considera que os indivíduos agem de forma racional na formulação de políticas públicas, conquanto os gaps de racionalidade no processo são explicáveis pela ocorrência de múltiplos fluxos [multiple streams] no processo de formulação e implementação. Daí a irracionalidade decisória ser minimizada via acompanhamento individual dos atores, com emprego de métodos comunitários de accountability vertical e controle social, [vide controladorias]. Ainda assim, para o pluralismo, a competição entre grupos é o principal fator de produção de decisões coletivas eficientes.
- d. A abordagem do Pluralismo não leva em consideração a influência de grupos de interesse na formulação de políticas públicas; de fato, os pluralistas militam em favor da criação de códigos de transparência pública, e chegam a defender a criminalização do lobbying. Para esses autores, não existe competição real entre grupos rivais na formulação da agenda, apenas cartelização e restrição oligopólica no mercado de opções políticas viáveis.
- e. A abordagem do Pluralismo é amplamente utilizada na formulação de políticas públicas no Brasil contemporâneo, dada que é aceita sem restrições ou maiores controvérsias por setores relevantes da sociedade brasileira, como os empresários agronegócio [em especial, produtores de soja e de criadores de gado para o corte], as centrais sindicais, as instituições filiadas à FEBRABAN e o os think tanks ligados à EBAPE/FGV, à ENAP e ao departamento de Ciência Política, da Universidade de São Paulo.

19. Qual a melhor forma definir a abordagem do corporativismo? Assinale uma das proposições:

- a. A abordagem do Corporativismo tem a coletividade como unidade de análise, e se desenvolveu principalmente na Europa. Essa abordagem reconhece a importância da representação de interesses corporativos na formulação de políticas públicas, e argumenta que a cooperação entre os atores sociais pode levar a decisões coletivas mais eficientes; é criticada por alguns autores por sua ênfase na representação de interesses corporativos em detrimento do interesse público, mas também é defendida, por outros, precisamente por sua capacidade de promover a cooperação entre os atores sociais e a estabilidade política.
- b. A abordagem do Corporativismo não leva em consideração a influência de grupos de interesse na formulação de políticas públicas, focando na atuação dos chamados empreendedores políticos; eventual cooperação entre os grupos de interesse serão capitaneadas por indivíduos ou entidades com função de liderança, o que pode levar a decisões coletivas mais eficientes.
- c. A abordagem do Corporativismo não considera a participação popular direta como necessária à formulação de políticas públicas. Na verdade, essa abordagem argumenta que a representação de interesses corporativos pode ser uma forma legítima de promover a participação dos cidadãos.
- d. A abordagem do Corporativismo considera que os indivíduos agem, na maior parte do tempo, de forma racional na formulação de políticas públicas, e concentra sua análise nas relações entre os grupos de interesse e

cooperação entre esses grupos, podendo induzir o dilema da teoria dos jogos chamado "tragédia dos comuns", sempre que os indivíduos não ajam de forma racional.

- e. A abordagem do Corporativismo é criticada por não levar em consideração as desigualdades sociais na formulação de políticas públicas. Embora essa abordagem seja criticada por alguns autores por sua ênfase na representação de interesses corporativos, ela não é criticada por não levar em consideração as desigualdades sociais.

20. Relativo ao Neoinstitucionalismo enquanto abordagem, podemos dizer que é:

- a. A abordagem do Neoinstitucionalismo é, por um axioma metodológico, baseada exclusivamente nas estruturas econômicas. De fato, a modelagem típica dessa escola não explora a urdidura das estruturas políticas, econômicas e sociais, buscando compreender como tais diferentes dimensões como resultantes das estruturas econômicas, o que permite a aplicação da triangulação como técnica de análise preferencial.
- b. O Neoinstitucionalismo explora o domínio axiológico e legal das instituições, sendo criticado por marxistas e [principalmente] pelo feminismo negro por não considerar a influência das instituições sociais reais sobre o comportamento dos atores sociais e políticos. Ora, foi criticando a negligência dessa abordagem para com as questões concretas da realidade social que Ângela Davis escreveu "Mulheres, Raça e Classe" em 1982, mostrando que a proibição legal do homicídio nunca impediu que mulheres pretas e pobres fossem assassinadas em países como os EUA, ou o Brasil.
- c. A abordagem do Neoinstitucionalismo não enfoca a influência das instituições políticas históricas sobre o comportamento dos atores, apenas das novas instituições, e é duramente criticado por isso [normalmente, pelos teóricos de orientação positivista]. Daí, por uma questão temporal, essa abordagem assume que instituições políticas formais, estabelecidas a menos tempo, têm papel essencial na definição das regras e normas que orientam as ações dos atores, não ocorrendo o mesmo com as protoinstituições, mais antigas e normalmente informais, no que tange à formulação e implementação de políticas públicas.
- d. O Neoinstitucionalismo é praticamente um terreno inexplorado na literatura de políticas públicas dedicada ao Brasil contemporâneo. Dada a potencialidade de vir a ser utilizada na análise das políticas públicas no país, convém desenvolver uma compreensão mais aprofundada dessa abordagem, e dos fatores que influenciam a formulação e implementação dessas políticas.
- e. A abordagem do Neoinstitucionalismo analisa as estruturas políticas, econômicas e sociais e sua influência no comportamento dos atores. Essa abordagem busca entender como as instituições moldam as ações dos indivíduos e grupos envolvidos no processo de formulação e implementação de políticas públicas; desse modo, pode ajudar na avaliação de políticas importantes no Brasil, como o REUNI, o Programa Minha Casa, Minha Vida, e os diversos componentes do Programa Bolsa Família

21. Examine o conteúdo das afirmativas e julgue V para as verdadeiras e F para as falsas.

- amostras grandes são, necessariamente, melhores do que amostras pequenas
- a principal motivação para utilizar amostras é a economia de tempos e recursos
- quanto maior o tamanho da população, menos vantajoso o uso de amostras

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a. V, V, V
- b. F, F, F
- c. F, V, F
- d. F, V, V
- e. F, F, V

22. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma das medidas mais utilizadas para aferir o nível de bem-estar de uma sociedade. No que diz respeito à mensuração do IDH, podemos afirmar que ele é uma variável do tipo:

- a. Ordinal, já que é possível ordenar os estados ou países;

- b. Nominal, já que cada unidade exibe um valor diferente;
- c. Discreta, já que é possível calcular a média e o desvio padrão
- d. Contínua, já que existem intervalos fracionados entre os valores;
- e. Discreta, já que está limitada entre 0 <menor nível> até 1 <maior nível>.

23. Variância e desvio padrão são medidas muito utilizadas em análise de dados. Podemos afirmar que elas são:

- a. Medidas de tendência central, já que indicam o valor da variação dos dados em relação à média;
- b. Medidas de tendência central, uma vez que ponderam a moda, a mediana e a média em seu cálculo;
- c. Medidas de dispersão, já que indicam a variabilidade dos valores;
- d. Medidas de forma, assim como a curtose e a assimetria;
- e. Medidas de associação, já que indicam a variação de variáveis correlacionadas.

24. Para implementar uma análise de dados com auxílio da técnica de análise de variância (ANOVA), é necessário:

- a. uma variável dependente qualitativa e uma variável independente quantitativa
- b. uma variável dependente qualitativa e pelo menos duas variáveis independentes quantitativas
- c. uma variável dependente quantitativa e uma variável independente quantitativa
- d. uma variável dependente quantitativa e pelo menos duas variáveis independentes qualitativas
- e. uma variável dependente quantitativa e uma variável independente qualitativa com pelo menos três categorias/condições experimentais.

25. Você foi contratado para avaliar a efetividade do uso de câmeras de vídeo sobre a letalidade policial em Pernambuco. Ao acaso, alguns policiais foram sorteados e passaram a usar o dispositivo enquanto outros não foram selecionados. Passados 12 meses da implementação da política, o governo comparou as taxas de mortalidade e encontrou um p-valor de 0,876. Podemos afirmar então que:

- a. o programa teve efeito, já que temos um p-valor significativo
- b. o programa não teve efeito, já que temos um p-valor significativo
- c. o programa teve efeito, já que temos um p-valor não significativo
- d. o programa não teve efeito, já que temos um p-valor não significativo
- e. é impossível julgar a efetividade do programa com base no p-valor.

26. Uma característica distintiva do capitalismo é seu vínculo indissociável com o liberalismo, o qual se refere a um conjunto de crenças e práticas organizadas e institucionalizadas que servem para manter e promover o capitalismo (Macpherson, 1978). Especificamente sobre o liberalismo, é incorreto afirmar que:

- a. segundo a teoria liberal, a boa sociedade é aquela que garante aos indivíduos a liberdade de perseguir seus interesses e de realizar seu potencial.
- b. centra-se no pressuposto da primazia do indivíduo na sociedade. Em sua visão, os indivíduos têm direitos naturais inalienáveis, incluindo o direito de possuir propriedade e de celebrar contratos com os outros indivíduos que versem sobre a disposição dessa propriedade.
- c. o pensamento liberal sobrevaloriza o papel do Estado e faz o mesmo com a *policy-making* pública, isso porque ele trata o Estado como uma entidade inerentemente liberal, cuja própria existência tende a incentivar os mercados e as liberdades individuais.
- d. a liberdade de buscar os meios de vida de sua escolha e de acumular riqueza é inviolável e sacrossanta para o liberalismo.
- e. o mecanismo preferido do liberalismo, através do qual os indivíduos podem buscar seus interesses de forma desimpedida é, naturalmente, o mercado.

27. No que diz respeito à democracia, este é um dos conceitos mais polêmicos no campo da Política. Identifique a seguir a proposição que não coaduna com os preceitos democráticos.

- a. votos com peso igual.
- b. governo representativo eleito.
- c. eleitorado composto por toda a população adulta.
- d. alternância de governo conforme orientação da imprensa livre e mobilização da opinião pública.

e. eleitor pode votar a favor de qualquer opinião sem intimidação por parte do aparato do Estado.

28. Um dos aspectos mais significativos dos sistemas políticos a afetar a política pública é o fato de ser ele federal ou unitário. No que tange à política pública, o traço que distingue os sistemas políticos federais é a existência de pelo menos dois níveis autônomos de governo, a exemplo de países como Austrália, Índia, Brasil, Nigéria e Estados Unidos. Sobre o federalismo, marque a alternativa correta.

- a. as políticas públicas são exclusividades dos Estados federais, capitalistas e democráticos.
- b. ambos os níveis de governo não se submetem às decisões judiciais, devido à autonomia dos governos, o que exige maior habilidade das partes nas negociações.
- c. os Estados Unidos são o arquétipo do sistema parlamentarista, limitando a atuação do Estado federal, enquanto o Brasil tem o sistema presidencialista que favorece as tomadas de decisão. Já a França apresenta um híbrido dos dois sistemas.
- d. a separação entre poderes tem maior influência nos Estados unitários, enquanto no federalismo suas ações são limitadas pelo poder central.
- e. em países federais, os governos acham difícil desenvolver políticas consistentes e coerentes, porquanto as políticas nacionais, na maioria das áreas, exigem acordos intergovernamentais envolvendo negociações complexas, extensas e consumidoras de tempo.

29. Na leitura do livro Políticas Públicas (Howlett et al, 2013) são observados alguns atores políticos domésticos. Não fazem parte desse grupo os:

- a. meios de comunicação de massa.
- b. partidos políticos.
- c. grupos de interesse.
- d. órgãos supranacionais.
- e. consultores acadêmicos de política pública e organizações de pesquisa.

30. Ao tratar da integração das instituições, o texto esclarece que fatores externos podem afetar o seu resultado. Dentre os fatores externos que afetam a coalizão, há aqueles sujeitos a um grau maior de instabilidade, como é o caso

- a. da relação democrática do governo.
- b. dos valores culturais.
- c. das provisões constitucionais.
- d. dos recursos naturais.
- e. do nível de inflação e desemprego.